



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA - CBH-LN

Ata da 2ª Reunião Ordinária do Comitê das Bacias Hidrográficas do Litoral Norte do Estado da Paraíba, ano de 2024

No quarto dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, às 8h30min, realizou-se a 2ª Reunião Ordinária do CBH-LN do ano de 2024, no Auditório do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Tinto, Rua Assis Chateaubriand, 343, Rio Tinto/PB, para deliberar sobre a seguinte pauta: 1. Abertura da reunião; 2. Aprovação da Ata (1ª reunião ordinária); 3. Informes; 4. Acompanhamento da elaboração do Plano de Recursos Hídricos das Bacias Litorâneas (Litoral Norte); 5. Apresentação do Projeto Replanta Mangue (Representante da ONG SOS Sertão); 6. Análise do Projeto Águas Potiguara (orçamentos possíveis) (Representante do Projeto Águas Potiguara); 7. Adoção da bacia hidrográfica como análise de risco a desastres (Givaldo Serafim - Defesa Civil de Alagoa Grande); 8. Discussão; 9. Palavra facultada. Após a reunião será fornecido o almoço e em seguida será realizada um curso de capacitação promovido pela AESA. Após a verificação de quórum, o **Sr. Natanael Leal (Presidente do CBH-LN)**, declarou aberta a reunião e passou a palavra para a **Sra. Mirella Leôncio Motta e Costa (2ª Secretária)** continuar com a pauta e coordenar a reunião. A **Sra. Mirella** também agradeceu as presenças, fez a leitura da pauta e passou ao **item 2. Aprovação da Ata da 1ª Reunião Ordinária 2024** e conforme deliberado em reunião anterior, que não precisa fazer a leitura da Ata na reunião, já que foi enviada por e-mail, com antecedência. Entretanto, surgiu uma dúvida sobre uma fala para ser colocado na ATA, e foi devidamente corrigida pelo **Sr. Antônio Justino da Silva (representante da Associação Comunitária dos Pequenos Criadores de Animais e Agricultores da Margem do rio Mamanguape)**. Dessa forma, a Ata da 1ª Reunião Ordinária de 2024 foi aprovada. **Item 3. Informes.** Informes sobre o I Encontro Regional de Comitês de Bacias Hidrográfica - NORDESTE e o II Simpósio Paraibano de Recursos Hídricos que aconteceu nos dias 27 e 28 de maio/2024, no Auditório do Hotel Aram, João Pessoa/PB; reunião do Colegiado de Coordenadores do I Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, que aconteceu nos dias 29e 30 de maio/2024, no Sindicato dos Engenheiro da Paraíba – SENGE/PB, em que participaram a Coordenação do Fórum Paraibano de CBHs, com Sr. Valdemir Azevedo Pereira (Presidente do CBH-PB) e a Dra. Mirella Leôncio Motta e Costa (2ª Secretaria do CBH-LN). Foram discutidas várias pautas em comum dos Comitês e a preparação para o próximo Encontro Regional que será região Sudeste. O ENCOB agora será a cada dois anos o próximo acontecerá em 2025, no Espírito Santo. Sobre a voçoroca de Rio Tinto, várias instituições (prefeitura, Ministério Público Federal, FUNAI) estão pensando juntas e o Comitê vem acompanhado o caso. A Sra. Mirella fez contato com o Sr. Sanae, o mesmo disse que o Engenheiro veio fazer análise/levantamento de informações. O engenheiro não elabora o projeto, solicitou os estudos planimétrico do local entre outros estudos mais específicos e relatou a necessidade de dimensionamento da rede de água pluviais, que deve ser com a prefeitura. O **Sr. Natanael** disse que a maior dificuldade que os órgãos envolvidos estão tendo é a prefeitura notificar a Cacique do local onde se encontra voçoroca. O maior problema é que os moradores colocaram a rede de esgoto dentro do canal que foi feito para evitar a voçoroca. A **Sra. Mirella**



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA - CBH-LN

41 disse que no PRHBHL está sendo previsto um planejamento para as ações emergenciais, dentre
42 elas a contenção da voçoroca. Embora a voçoroca não seja diretamente um problema de recursos
43 hídricos, está afetando diretamente o rio Mamanguape, uma vez que a foz está com banco de
44 areia, dificultando a passagem de barcos, dos próprios indígenas, pescadores e marisqueiros que
45 atuam na região da Barra de Mamanguape. O Sr. **Danilo da Silva Maciel (representante do**
46 **SINDALCOOL PB)** lembrou que isso envolve dinheiro e perguntou se vai sair dinheiro da
47 cobrança ou do FERH, a **Sra. Mirella** disse que recebeu a planilha de composição de custo da
48 Ação Emergencial Controle da voçoroca na Terra Indígena do PRHBHL, e verificou a
49 competência não é só Comitê. O CBH-LN atuará nas Articulações, mas o recurso poderá vir de
50 outros órgãos, como a FUNAI, SEMAS, Ministério do Meio Ambiente e várias outras
51 instituições. Como encaminhamento ficou definido que a **Sra. Mirella** vai solicitar o relatório
52 do engenheiro ao **Sr. Sanae** e depois enviar ofício em nome do Comitê para os órgãos
53 participaram dessa reunião questionando a elaboração desse projeto, inclusive a **Sra. Mirella** vai
54 dar uma olhada no Plano para saber quais as recomendações e enquanto Comitê pode solicitar
55 essas informações para elaborar o projeto e executar as ações. Informa também que esta semana
56 terá uma reunião on-line com a AESA e a Empresa Contratada para elaborar o Estudo de
57 aprimoramento do instrumento da outorga e a Diretoria do CBH-LN também participará. Outro
58 estudo que está sendo realizado é o aprimoramento da Cobrança. Houve uma reunião com a
59 Empresa Contratada eles mandaram o produto, que foi lido e estava muito aquém do que foi
60 solicitado pela AESA no TDR, portanto, o produto não foi aprovado e a Empresa solicitou um
61 prazo para refazer. O objetivo desse estudo é analisar a eficiência do instrumento cobrança e a
62 sustentabilidade financeira do Sistema de Recursos Hídricos Estadual, que inclui a
63 universalização de Saneamento, Segurança Hídrica, Mudanças Climáticas e etc. **Item - 4.**
64 **Acompanhamento da elaboração do Plano de Recursos Hídricos das Bacias Litorâneas**
65 **(Litoral Norte).** A **Sra. Mirella** falou que o Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Litoral
66 Norte, está sendo elaborado e está na fase final (etapa C que é o Plano propriamente dito), em
67 que o Comitê elencou as ações que vão precisar serem realizadas durante vinte anos, é um plano
68 de longo prazo, tem ações de curto prazo, médio e longo prazo, o grupo técnico recebeu o
69 relatório número 7, junto da planilha de custo, fizeram a revisão e encaminhou para a empresa.
70 A próxima etapa são as recomendações para os setores usuários e recomendação para
71 implantação do Plano. Estima-se que até o final do ano a empresa estará entregando e será um
72 grande momento no recebimento desse Plano e começa um trabalho maior que são as reuniões
73 para apresentação do Plano e começar a execução do Plano. O próprio Plano já aponta a relação
74 com a cobrança, porém obviamente a cobrança não vai financiar tudo, pois cada órgão tem suas
75 competências para desenvolver as ações do plano. A **Sra. Mirella** participa do Grupo de
76 Acompanhamento técnico do Plano e está nessa fase final, já faz uns dois anos, era para durar
77 menos, mas a empresa solicitou aditivo de tempo (em função da pandemia e das enchentes do
78 Rio Grande do Sul), mas acredita que até o final do ano está sendo concluído. **Item 5 -**
79 **Apresentação do Projeto Replanta Mangue (Representante da ONG SOS Sertão)** O Sr.
80 Joaquim Neto, da SOS Sertão, sediada em Patos/PB, agradeceu o convite para apresentar o



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA - CBH-LN

81 projeto Replanta Mangue. Relatou que é uma iniciativa desenvolvida através do Programa
82 Floresta Viva que é um consórcio Ambiental do BNDES, com um aporte de 45 milhões de reais,
83 nesse edital. O Projeto Replanta Mangue terá aporte de 4,5 milhões para trabalhar em 48 meses
84 a recuperação de no mínimo 220 hectares na APA do rio Mamanguape. O projeto tem uma
85 parceria com o Campus IV da Universidade Federal da Paraíba (Campus Rio Tinto com
86 Professor Fred e o Professor Eloísio), ICMbio. A UFPB já tem pesquisas na área de ecologia de
87 manguezais, podendo se tornar referência no Brasil. Com relação ao tema anterior, da Voçoroca,
88 eles estiveram no local e dentro desse levantamento colocou a APA como área de influência
89 hídrica em relação aos rios e as águas boas trazidas para o mangue que precisa dessa água para
90 sobreviver. A Voçoroca é uma obra de engenharia, o Projeto não atua nesse sentido, tem que ser
91 uma parceria de várias ações e várias instituições, eles podem contribuir também, mais não é
92 fácil de resolver, é obra grande e precisa do aval da FUNAI. Segundo o **Sr. Sanae**
93 **(representante da FUNAI)**, quanto à voçoroca pequena, existe uma iniciativa da CODEVASF
94 através da FUNAI. A CODEVASF está elaborando algumas propostas de recuperação de
95 algumas nascentes. Resumo da apresentação: objetivo geral é elaborar e implementar um Plano
96 de Restauração dos Manguezais, Apicuns e Restingas da APA da Barra do Rio Mamanguape.
97 Serviços ecossistêmicos, os manguezais prestam uma série de serviços relevantes a natureza e
98 ao homem que justificam a sua preservação. Situação atual dos manguezais: ao longo dos
99 primeiros meses de 2024, um intenso trabalho de estudos, caracterização e diagnóstico das Área
100 de Proteção Ambiental (APA) da Barra do Rio Mamanguape tem sido feito. Nesta pesquisa,
101 determinamos uma zona de atuação, devido a influência das águas para os Manguezais. Esta
102 zona foi denominada: Área de Influência Hidrológica (AIH). Desta forma, entende-se que a APA
103 é influenciada por diversas atividades da região: um dos principais fatores de impacto nos
104 manguezais é composta pela atividade agrícola e/ou agrossilvipastoril. O Projeto Replanta
105 Mangue identificou pouco mais de 1.450 ha com necessidade de recuperação (mangue, apicum,
106 restinga e APP's): 25 (vinte e cinco) AREC's (Áreas de Recuperação) de vegetação de Mangue
107 e Apicuns (754,5 ha); 01 (uma) AREC de Mangue em torno de uma Área de Interesse (criadouros
108 de camarão) (44,6 ha); 06 (seis) AREC's BUFFER (áreas nas margens de mangue e/ou canais
109 de água) (77,9 ha); 11 (onze) AREC's de vegetação de Restinga (em sua maioria, dentro das
110 AREC's de mangues - incluindo 01 (uma) AREC de restinga dentro de uma Área de Interesse
111 (criadouros de camarão) com 40,8 ha) (111,57 ha); 02 (duas) AREC's para recomposição de
112 áreas de APP (complexos de áreas de vegetação nativa de mata atlântica) (26 ha); e 11 (onze)
113 AREC's de recomposição da Floresta Atlântica (Complexo de áreas associadas às nascentes
114 caracterizadas ao longo da AIH da APA, para diminuição dos efeitos de borda e reestruturação
115 das APP's e restabelecimento do fluxo hídrico das nascentes) (436,2 ha). O **Sr. Joaquim**
116 convidou a **Professora Elaine Bemini** (professora de Ecologia do campus IV da UFPB e desde
117 2012 vem desenvolvendo estudos ambientais da água na APA de Mamanguape, com vários
118 estudantes e também no mestrado) para complementar a apresentação. O manguezal não é só o
119 local, ele responde por tudo que acontece na bacia hidrográfica. Se houver um desmatamento na
120 mata atlântica, o manguezal vai responder de alguma forma. O problema da Voçoroca citado



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA - CBH-LN

121 anteriormente afetou o manguezal também porque o sedimento que está sendo carregado para
122 dentro do rio, está removendo os apicuns que é uma área que tem acúmulo de sais. Na APA de
123 Mamanguape se tem visto uma formação exagerada de apicuns que não é normal. Nesse estuário
124 teve uma alteração muito grande na Bacia Hidrográfica: desmatamento, retirada da Mata Ciliar,
125 não do manguezal em si, mas da mata atlântica. O **Sr. Pedro Freire** (AESAs) perguntou se isso
126 tem contribuído para essas últimas estiagens, porque teve um aporte bem reduzido das nascentes
127 do rio Mamanguape e afluentes. A professora disse que com certeza, um aluno de mestrado de
128 ecologia fez uma compilação e viu que a quantidade de chuva tem reduzido e que num período
129 de 30 anos teve redução da chuva e aumento da temperatura isso aumenta a evaporação. Quando
130 a maré sobe, não chegam mais onde chegavam antes, então aumenta a quantidade de sal no solo.
131 Várias áreas de mangue estão morrendo. Quando o Mangue morre o solo é compactado e forma
132 uma bacia, as marés chegam e acumulam água, o mangue precisa do fluxo natural da maré, as
133 plantas de mangue precisam de sal, embora sobreviva sem sal e as plantas de água doce compete
134 com elas, e tem áreas de rios virando apicuns, em algumas áreas o solo está ficando escuro sem
135 vegetação. É preciso plantar o manguezal para tirar o gás carbônico da atmosfera que está
136 intensificando o efeito estufa que mantém a temperatura elevada. O **Sr. Joaquim** disse que a
137 SOS Sertão já existe a mais de 20 anos, trabalhando no Cerrado, na caatinga, agora no manguezal
138 e espera contar com o apoio do Comitê. Atuação do replanta mangue: pretendem recuperar pelo
139 menos 220 ha de áreas com necessidade de recuperação (AREC's) no interior da APA da Barra
140 do Rio Mamanguape e seu entorno. Pretendem também, com a participação de todos,
141 desenvolver uma forte cadeia da restauração na região, não apenas para atuar no Projeto Replanta
142 Mangue, mas como em qualquer atividade de recuperação ambiental na região. **Item 6. Análise**
143 **do Projeto Águas Potiguara (orçamentos possíveis) (Representante do Projeto Águas**
144 **Potiguara)**. A Sra. Mirella disse que já houve uma apresentação desse Projeto no Comitê em
145 2022 e hoje eles vão reapresentar, inclusive com orçamento, para o Comitê dar sequência ao
146 financiamento do projeto. O **Sr. Neto Potiguara** representante do Projeto Água Potiguaras, disse
147 que esse projeto trabalha com reflorestamento e recuperação de rios. O Rio do Aterro possui
148 cerca de 7 km de extensão e é um afluente do rio Sinimbu e pede a recuperação desse Rio porque
149 o local era de brincadeiras infantil, onde as crianças brincavam e as mães iam lavar roupa, louças
150 e etc. a preocupação que se deu com o Rio do Aterro e o Rio Sinimbu, é que a vegetação fechou
151 o rio e não tem para onde as águas escoar. Ao longo desse canal, tinha plantações de feijão,
152 milho, arroz, macaxeira, mandioca e etc. isso acabou porque o rio sumiu. A **Sra. Cristina** disse
153 que isso aconteceu pelo mau uso do rio. A plantação da cana de açúcar afeta hoje diretamente e
154 ocupa 90% do território Potiguara. Esse projeto já acontece a três anos, criados a partir de
155 indígenas que residem dentro das aldeias e começou a preocupação a partir de 2017, quando fez
156 uma pesquisa a partir do uso da mandioca para complementação da agricultura familiar. Fez uma
157 retrospectiva da sua infância até hoje e se deparou com o rio fechado. Aí surgiu essa preocupação
158 do que estão fazendo com esses espaços social e o que mudou foi o uso social. O **Sr. Pedro**
159 **Freire** perguntou como eles veem a questão da preservação de APPs em rios córregos e riachos,
160 até então não existia a preocupação ambiental. Os Potiguaras estão vendo a importância da



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA - CBH-LN

161 questão da preservação ambiental das APPs. O maior desafio é exatamente este. O **Sr. Neto**
162 **Potiguara** disse que em Baía da Traição a água que abastece a cidade é do rio Sinimbu que
163 abastece também a Aldeia Caeira, São Miguel, Alto do Tambá, São Francisco, Angico, além das
164 aldeias que são mapeadas pelo rio Sinimbu, a cidade também vai chegar o momento de ficar sem
165 água porque como o rio na cabeceira está fechando, não chega água em baixo. Os Potiguaras já
166 abriram mais de quatro quilômetros do rio no braço. Um outro projeto conseguiu comprar uma
167 área de pau e de acordo com parcerias começar plantio de mudas em terrenos de algumas
168 pessoas da aldeia para que possam ganhar com isso, mas o seu objetivo hoje é a dragagem do
169 Rio, inclusive foi feito orçamento e foi entregue o projeto ao Governador no orçamento
170 democrático. A preocupação é que o rio fechou. O **Sr. Francisco Sousa (AESAs)**, disse que a
171 solicitação tem que ser feita ao Comitê e este encaminhar para a AESA e a AESA encaminha
172 para a Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos do Estado. A **Sra. Mirella** disse que
173 quando aconteceu a última apresentação ao Comitê, a Diretoria do Comitê fez um ofício para a
174 AESA, com a solicitação da dragagem do rio Sinimbu e até hoje não obteve resposta. A **Sra.**
175 **Cristina** disse que já recorreram a FUNAI, ao Comitê de Bacias, então neste momento o mais
176 importante é essa interação do Águas Potiguaras e o Comitê de Bacias. Solicita que o Comitê
177 veja esse Projeto com carinho e que acione outros órgãos para que possam trabalhar. Convida
178 para que o Comitê conheça o território e ouçam as pessoas mais velhas da comunidade. Os Águas
179 Potiguaras estão aqui para lutar por essa dragagem e que os ouçam as pessoas mais velhas da
180 comunidade para saber a maneira que devem fazer o Projeto. Como encaminhamento a Sra.
181 Mirella informou que recebeu da Sra. Fernanda três Propostas e seria importante ter o Projeto
182 para ser enviado para a AESA, com a justificativa que esse é um projeto que tem tudo a ver com
183 a recuperação dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente na área de atuação do CBH-LN, junto
184 com a solicitação do OD feito ao Governador. Seguiu-se para o último ponto da pauta **Item 7.**
185 **Adoção da bacia hidrográfica como análise de risco a desastres (Givaldo Serafim - Defesa**
186 **Civil)**; O **Sr. Givaldo Serafim Soares (representante da Prefeitura de Alagoa Nova)** iniciou
187 falando que diante da situação que o Estado do Rio Grande do Sul está passando devido as
188 enchentes, solicitou colocar em pauta para que o Comitê começasse a discutir. A Defesa Civil
189 quer saber o que os comitês de bacia hidrográfica e os municípios estão fazendo em relação a
190 esses eventos extremos. O **Sr. Marciano Lima da Silva (Sindicato dos Trabalhadores Rurais**
191 **de Rio Tinto)** com referência ao que está acontecendo do Rio Grande do Sul, no litoral norte
192 quando tem cheia todos ficam preocupados. Relacionou essa problemática com a construção da
193 rodovia PB-033, que é preciso ter um diálogo para saber como vai ser construída a ponte. Porque
194 se for fazer com quase 4 metros de altura de altura e sem ter galeria para a água escoar, será que
195 dará vazão? A **Sra. Mirella** disse que o caso da construção da rodovia PB-033 já vem sendo
196 discutida no Conselho da APA, já está bem avançado, mais lá em baixo, vai ter aterro por cima
197 do mangue para não ter que desmatar o mangue seria a melhor solução do contrário não teria
198 como viabilizar a construção da ponte. Por isso a solução foi aceita com manilha para passagem
199 da água e dos caranguejos. Voltou a palavra para o **Sr. Givaldo** disse que quando se fala de
200 Defesa Civil pode ser visto de dois prismas Operacional e a Sistemática. A Sistemática onde a



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA - CBH-LN

201 sociedade civil esteja integrada, participante e junto com os órgãos setoriais é preferível. O
202 Marco Regulatório que é a Lei Federal 12.608/2012, criou o Plano Nacional de Defesa Civil,
203 estabelece Diretrizes para todos os entes federativos o que compete ao Estado, União e
204 Municípios. Todo desastre acontece no município. Em Alagoa Nova foi construído a Barragem
205 de Camará com 75 milhões de metros cúbicos de água para abastecer mais de 30 municípios, de
206 repente chegou o inverno e faltando dois metros para a barragem sangrar, tinha um senhor que
207 costumava fazer caminhada dizia que sempre escutava um barulho e que tinha um vazamento
208 pequeno, ninguém o escutou e resultou no arrombamento na ombreira esquerda da barragem em
209 17/06/2004, às 17hs. No dia seguinte estava um cenário de guerra tudo destruído, o solo lixiviado
210 e toda a produção agrícola foi embora, chegou o exército, equipe técnica, Defesa Civil Estadual
211 e outros órgãos e começaram todo um trabalho, que é o que está acontecendo no Rio Grande do
212 Sul. Tem o COBRADE – Código Brasileiro de Desastre – naturais e biológicos como o do
213 COVID foi feito ações e etc. na Lei 12.608/2012, Art. 8º fala das competências dos entes
214 federados o que compete ao município, cada um pode ter a lei e vê o que cabe a sociedade civil.
215 A Defesa Civil é vista de forma sistêmica e todos nós somos Defesa Civil. O exemplo do Rio
216 Grande do Sul se fosse contar só com o Estado é muito difícil. Quando o rio baixar será visto
217 outro cenário com novas ações a serem trabalhadas. O **Sr. Givaldo** passou por isso quando do
218 rompimento da barragem de Camará. Quando acontece um sinistro/desastre para os técnicos de
219 Defesa Civil só resta quantificar os danos materiais, danos humanos (quantos mortos, quantos
220 feridos, quantos desabrigados/desalojados e levantar as perdas e os danos) isso é muito dinheiro.
221 É feito toda a perda agrícola, prejuízo ambiental e leva meses e meses a fio. O Estado do Rio
222 Grande do Sul terá que ser refeito, pois soma mais de 400 municípios atingidos, imaginem
223 viabilizar tudo economicamente (o que fazer, como fazer e quando fazer e etc.). Mas o Assunto
224 aqui é Bacia Hidrográfica, o que tem a ver Defesa Civil com Bacia Hidrográfica? o Artigo 4º da
225 Lei 12.608/2012 – O Plano Nacional de Defesa Civil abrange as ações de prevenção, mitigação
226 e algo extremamente sofrível, fazer ação que diminua o sofrimento, prevenção, preparação,
227 resposta e recuperação voltada a proteção da Defesa Civil, prevenção só se dá no período de
228 normalidade. Não se trabalha prevenção quando começa as chuvas atípicas. Quando vem esses
229 processos hidrológicos, erosivos, geomorfológicos e etc. A água é um processo causador de
230 desastre quando vem essas chuvas atípicas tudo isso já se tem em mente que vai haver
231 desmoronamento, rolamento e tombamento, dependendo das circunstâncias umas séries de
232 fatores que vai ver e vai classificar. O Sr. Givaldo vai todo os dias às barragens e faz as anotações
233 de monitoramento. Certa ocasião veio uma equipe de Geólogos professores da Universidade
234 Federal do Rio Grande do Norte – UFRN para se obter uma resposta no tocante do que fazer e
235 como fazer, é importante aprender com esses professores. Fez o papel de trazer a UFPB, UFRN
236 e a UFCG. O Artigo 4º são Diretrizes PNPDEC que fala da adoção da bacia hidrográfica como
237 unidade de análise das ações de prevenção de desastres relacionados a corpos d'água. A
238 informação hoje é muito veloz, bem como a inteligência artificial e precisa rever alguns conceitos
239 e melhorar as dinâmicas e preocupação desse Plano Nacional de Defesa Civil. Com relação a
240 adoção das bacias hidrográficas teve nesta reunião uma equipe do Águas Potiguaras falando da



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA - CBH-LN

241 preocupação da importância de se cuidar dos mananciais, o que de suma importância porque vai
242 trazer segurança, cada coisa no seu lugar, equilibrada cooperando com edificação de algo maior.
243 No I ERCOB, no momento da fala dos comitês, observou-se a importância dos Comitês como
244 algo imprescindível na versão sistemática da Defesa Civil porque está discutindo os problemas
245 da Defesa Civil e ouviu do próprio Governador que se tivessem atentado para os Comitês talvez
246 a coisa não tivesse sido tão intensa. Vejam a importância dos Comitês no papel da prevenção em
247 todos os ângulos. **O Sr. Givaldo** também tem formação em Gestão Pública e conhece como as
248 coisas funcionam: órgãos públicos é diferente do privado. O privado visa lucro e o público visa
249 o bem estar social. **A Sra. Mirella** perguntou na bacia do Litoral Norte, dos 51 municípios da
250 bacia quantos tem esse Plano de Proteção de Defesa Civil. **O Sr. Givaldo** respondeu que todo
251 município tem que ter uma COMPDEC – Coordenação Municipal de Proteção de Defesa Civil,
252 porque é através dessa Coordenadoria que é decretado uma situação de emergência no estado de
253 calamidade, a situação já diz que é momentânea, em Alagoa Nova houve três anos de estiagem
254 e ele decretou uma situação de emergência. Para isso os órgãos governamentais suplementam.
255 Quando o município não consegue dá uma resposta diante da magnitude daquele desastre, os
256 órgãos federados suplementam. No caso do rompimento da barragem Camará, o município de
257 Alagoa Nova não podia, o Estado fez o que devia e depois a União. É importante os municípios
258 ter a Coordenação de Defesa Civil até por força de lei que na ausência do Prefeito o Coordenador
259 da Defesa Civil pode decretar uma situação de Calamidade. Hoje ao chegar a uma situação que
260 requer uma decretação tudo tem que ser documentado, georreferenciado, fotografado e é tudo no
261 sistêmico. **O Sr. Pedro Freire** perguntou quantos municípios da bacia tem Coordenadoria de
262 Defesa Civil. **O Sr. Givaldo** não soube responder, finalizando deixa consignado que dos 51
263 municípios que compõem a bacia Mamanguape, Camaratuba e Miriri identificar onde existe
264 Coordenadoria de Defesa Civil. **O Sr. Givaldo** já recebeu um “puxavante de orelha” da
265 Coordenadoria Estadual para apresentação do Plano de Contingência, que pode ser feito de forma
266 geral ou específica. **O Sr. Givaldo** disse que o município de Alagoa Nova é pequeno e ele
267 conhece a vulnerabilidade, os processos geológicos e tudo está documentado. **A Sra. Adriana**
268 perguntou como é feito o trabalho de prevenção. **O Sr. Givaldo** disse que quando cai uma chuva,
269 no município, ele já sabe praticamente qual é a casa que vai ter deslizamento e o povo também
270 sabe, eles se tornaram resilientes, pode conviver em área de risco. No capítulo 8º do Plano
271 Nacional da Defesa Civil fala das competências, como é que se dá essas prevenções. Precisa ter
272 sempre essa articulação de como está o município junto ao prefeito. Finalizando a Prevenção é
273 tudo, mais no período da normalidade. **A Sra. Mirella** disse que isso foi só o início da discussão,
274 tem que ver o Plano de Bacias o que a empresa colocou em relação a Defesa Civil e Segurança,
275 tem que dá uma olhada, porque todos os Comitês alertaram e passou ao **Item 7. Palavra**
276 **facultada**, não tendo nada mais a tratar, **o Sr. Natanael Leal**, Presidente, agradeceu a presença
277 de todos e encerrou a reunião e eu Maria Adriana de Freitas Mágero Ribeiro - primeira secretária
278 lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será anexada a lista de presença.

279



**COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE DO
ESTADO DA PARAÍBA - CBH-LN**

Maria Adriana de Freitas Mágero Ribeiro.

280

281 Maria Adriana de Freitas Mágero Ribeiro

282

283

COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE



ASSUNTO: 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH-LN, NO ANO DE 2024

DATA: 04/06/2024

LOCAL: Auditório do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Tinto

MUNICÍPIO: RIO TINTO/PB

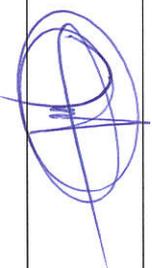
LISTA DE PRESENÇA

USUÁRIOS DE ÁGUA					
Nº	Titular/ Suplente	Usuário de água	Representante	Assinatura	E-mail Telefone
1	Titular	CAGEPA - Companhia de Água e Esgotos da Paraíba	Carolina Baracuchy Amorim Arruda Sacum		
	Suplente	CAGEPA - Companhia de Água e Esgotos da Paraíba	Dilvany Batista Marcos		
2	Titular	Diego de Albuquerque Machado	O mesmo		
	Suplente	Ivanilda Cavalcanti de Morais	A mesma		
3	Titular	Fazenda Santa Terezinha	Natanael Leal da Silva		
4	Titular	Guaraves Guarabira Aves Ltda	André Francisco da Silva Souza		
	Suplente	Jaciel Fernandes da Silva	O mesmo		
5	Titular	Japungu Agroindustrial Ltda	Alexandre Maciel Guerra		

COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE



USUÁRIOS DE ÁGUA

Nº	Titular/ Suplente	Usuário de água	Representante	Assinatura	E-mail Telefone
6	Titular	Miriri Alimentos e Bioenergia S/A	Gabriela Cristina da Silva Soares		HELIO@miriri.com.br
	Suplente	Nilton Cavalcanti de Moraes	O mesmo		
7	Titular	Nilton Cavalcanti de Moraes Filho	O mesmo		
	Suplente	Pedro Crisóstomo Alves Freire	O mesmo		pedrocrisostomoalves@bbparabá
8	Titular	Modesto Pedrosa da Silva	O mesmo		
	Suplente	Rodrigo de Paiva Coutinho	O mesmo		
9	Titular	Antônio Pedrosa de Moraes Coutinho Filho	O mesmo		
	Suplente	Usina Monte Alegre S/A	Finelon Silva de França		FINELON@USINAMONTEALEGRE-650.COM.BR 83 9915114766
10	Titular	José Inácio de Moraes Filho	O mesmo		
	Suplente				

COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE



SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Nº	Titular/suplente	Instituição	Representante	Assinatura	E-mail Telefone
1	Titular	ABRHidro - Associação Brasileira de Recursos Hídricos	Maria Adriana De Freitas Magero Ribeiro	<i>Maria Adriana de F. M. Ribeiro</i>	<i>duccaseh@brh@gmail.com</i> 83996138910
	Suplente	CREA - Conselho Regional de Engenharia e agronomia da Paraíba	Luis Eduardo de Vasconcelos Chaves	<i>Luis Eduardo de Vasconcelos Chaves</i>	<i>LUIS.EDUARDO.VASCONCELOS@GMAIL.COM</i> 8399131-6422
2	Titular	Afink - Associação de Formação e Incentivo para o Nordeste Karente	Luis Carlos Silva de Almeida		
	Suplente	CEDAMS - Centro de Conscientização, Defesa Ambiental e Social	Marlindo Francellino Gomes		
3	Titular	ASPLAN - Associação dos Plantadores de Cana da Paraíba	Alfredo Nogueira da Silva Neto	<i>ALFREDO NOGUEIRA DA SILVA NETO</i>	<i>alfredo@asplanpb.com.br</i> 83 99654-5245
	Suplente	Associação Comunitária dos Pequenos Criadores de Animais e Agricultores de Animais da Margem do Rio Mamanguape	Antônio Justino da Silva	<i>Antonio Justino da Silva</i>	
4	Titular	FETAG - Federação dos Trabalhadores na agricultura do estado da Paraíba	João Antônio Alves		
	Suplente	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Tinto	Marciano Lima da Silva	<i>Marciano Lima da Silva</i>	<i>Marciano576@gmail.com</i>

COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE



SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Nº	Titular/suplente	Instituição	Representante	Assinatura	E-mail Telefone
5	Titular	IFPB - Instituto Federal da Paraíba	Mirrella Leôncio Motta e Costa	<i>Motta</i>	83 48801 8623
	Suplente	UEPB - Universidade Estadual da Paraíba	Leandro Paiva do Monte Rodrigues		
6	Titular	SINDALCOOL - Sindicato da Indústria de Fabricação de Alcool no Estado da Paraíba	Danilo da Silva Maciel	<i>Daniilo Maciel</i>	Danilodsne@brturix.com 83 9 8837 8051
	Suplente	FIEP - Federação das Indústrias do Estado da Paraíba	Francisco Xavier de Andrade		
7	Titular	Sindicato dos Agricultores Familiares de Itapororoca	José Carlos Dias de Lima	<i>José Carlos Dias de Lima</i>	Carlos Lima 254500 gimont@uam
	Suplente	Associação da Feira da Agricultura Familiar de Serraria	Juliana Ferreira de Lima		
8	Titular	UEPB CAMPUS II - Universidade Federal da Paraíba	Guttemberg da Silva Silvano		
	Suplente	Organização de Mulheres Negras de Caiana	Elza Ursulino do Nascimento Silva		

COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE

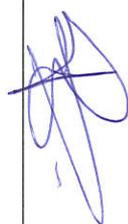


PODER PÚBLICO MUNICIPAL

Nº	Titular /Suplente	Prefeitura	Representante	Assinatura	E-mail Telefone
1	Titular	Prefeitura Municipal de Mamanguape	Gibran Feitosa Nogueira		<i>Gibranfeitosa@GMAIL.com</i> 99939-0322
	Suplente	Prefeitura Municipal de Marcação	Denise da Silva Vieira		
2	Titular	Prefeitura Municipal de Araçagi	Girlene Fernandes Nunes		
	Suplente	Prefeitura Municipal de Alagoinha	José Félix de Brito		
3	Titular	Prefeitura Municipal de Duas Estradas	Lucivânia Rangel de A. Medeiros		
	Suplente	Prefeitura Municipal de Lagoa de Dentro	Marciene Barbosa da Silva Oliveira		
4	Titular	Prefeitura Municipal de Alagoa Nova	Givaldo Serafim Soares		<i>GivaldoSerafim@Gmail.com</i>
	Suplente	Prefeitura Municipal de Serraria	Gil de Assis Elias Alves		

COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE



PODER PÚBLICO ESTADUAL					
Nº	Titular/ Suplente	Órgão	Representante	Assinatura	E-mail Telefone
1	Titular	AESA	Francisco José de Brito Sousa		986547100
2	Suplente	SEIRHMA	Flávia Dias Suassuna		
3	Titular	SEDAP	Demilson Lemos de Araújo		
4	Suplente	EMPAER	Jamaci Ferreira de Vasconcelos		

PODER PÚBLICO FEDERAL					
Nº	Titular/ Suplente	Órgão	Representante	Assinatura	E-mail Telefone
1	Titular	ICMBio	Afonso Henrique Leal		
2	Titular	FUNAI	Francisco Sanae Antunes Moreira		

COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE



LISTA DE PRESENÇA GERAL

Nº	Nome Completo	Instituição	Assinatura	E-mail Telefone
1	Severino do Ramo Fernandes da S. Neto	Aguaes Potiguaras		netopotiguaratisice@gmail.com 83 98219-1371
2	William Rodrigues da Silva	Aguaes Potiguaras		83 331587385 warratf.guaratisice@gmail.com
3	Wanda D. ...	Aguaes Potiguaras		Favand@esst@gmail.com 98715-4932
4	Edna Maria ...	Aguaes Potiguaras		83 98609-1330
5	Edna Rodrigues da S. ...	Aguaes Potiguaras		gandinha818010@gmail.com 839.8868.5470.
6	Alcides ...	Aguaes Potiguaras		Baia Toucho@facmaff.com (83) 98738-6389
7	Leandro ...	ASCAS POTIGUARA		leandro94@hotmail.com
8	Polymon de Oliveira ...	PURUBANDA MANGUE		polymon.lunachota@gmail.com 83353398552
9	Priscilla ...	Aguaes Potiguaras		Enidpoly@gmail.com creduliteofilmino@kstrumil.com
10	ELQUIEL FIRMINO DA SILVA	RIO TINTO		994212921 EndreBasil089@gmail.com 981039636

André Brasil e Assessoria
 Ramaci de S. Dingelino
 ALAGOA NOVA
 AESA

André Brasil 089 @ gmail . com
 981039636